

RESULTADOS
2025



ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM LINHAS E REDES S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM LINHAS E REDES S/A

ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM LINHAS E REDES S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	2.418	1.735
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	27.148	9.392
Clientes	5	12.136	10.906
Estoques	6	3.630	5.345
Tributos a recuperar	7	6.607	7.690
Despesas pagas antecipadamente		132	105
Outros créditos		227	829
Total do circulante		52.298	36.002
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Cauções de depósitos vinculados	16	454	476
Tributos a recuperar	7	1.232	737
Créditos tributários	8	1.997	2.810
Outros créditos		461	412
		4.144	4.435
Imobilizado	10	21.885	37.365
Intangível	11	4.046	3.567
Total do não circulante		30.075	40.932
Total do ativo		82.373	81.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM LINHAS E REDES S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	1.250	1.816
Impostos e contribuições sociais	13	2.450	3.381
Dividendos a pagar		840	-
Obrigações estimadas	14	1.806	1.769
Folha de Pagamento		886	1.054
Passivos de Arrendamentos		742	508
Benefícios pós emprego	25	-	8
Outros passivos	15	974	1.958
Total do circulante		8.948	10.494
Não circulante			
Fornecedores	12	173	15
Impostos e Contribuições Sociais	13	300	169
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	16	3.914	4.248
Receita antecipada a apropriar	17	5	5
Passivos de Arrendamentos		1.209	1.678
Benefícios pós emprego	25	-	58
Outros passivos	15	1.607	1.607
Total do não circulante		7.208	7.780
Patrimônio líquido			
Capital social	18.1	56.006	56.006
Reservas de Capital	18.2	784	403
Reservas de Lucros	18.3 a 18.5	9.427	6.730
Outros resultados abrangentes		-	(44)
		66.217	63.095
Total do passivo e Patrimônio Líquido		82.373	81.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM LINHAS E REDES S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	19	42.596	62.631
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	20	(37.129)	(46.969)
Lucro bruto		5.467	15.662
Despesas gerais e administrativas	20	(9.351)	(23.681)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	7.675	2.039
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		3.791	(5.980)
Receitas financeiras	22	1.983	1.878
Despesas financeiras	22	(82)	(1.254)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		1.901	624
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		5.692	(5.356)
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(1.365)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(790)	1.738
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		3.537	(3.618)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R\$	23	0,07	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM LINHAS E REDES S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.537	(3.618)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Outros resultados abrangentes	44	(44)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	3.581	(3.662)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM LINHAS E REDES S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Reserva legal	Reserva de lucro - orçamento de capital	Retenção de lucros				
Saldos em 01 de janeiro de 2023	56.006	731	1.650	2.971	5.727	-	-	-	67.085
Programa Remuneração Variável (ILP)	18.2	-	(328)	-	-	-	-	-	(328)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(3.618)	-	(3.618)
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	-	-	(3.618)	-	3.618	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho e perda atuarial – benefícios a empregados	-	-	-	-	-	-	-	(66)	(66)
Tributos sobre ganho e perda atuarial	-	-	-	-	-	-	-	22	22
Saldos em 31 de dezembro de 2024	56.006	403	1.650	2.971	2.109	-	-	(44)	63.095
Programa Remuneração Variável (ILP)	18.2	-	381	-	-	-	-	-	381
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	3.537	-	3.537
Reserva Legal	18.3	-	177	-	-	-	(177)	-	-
Dividendos	18.6	-	-	-	-	-	(840)	-	(840)
Dividendos Adicionais Propostos	18.6	-	-	-	-	2.520	(2.520)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho e perda atuarial – benefícios a empregados	-	-	-	-	-	-	-	66	66
Tributos sobre ganho e perda atuarial	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	56.006	784	1.827	2.971	2.109	2.520	-	-	66.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM LINHAS E REDES S/A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de prestação de serviços	19	49.338	73.510
Outras receitas		24.039	2.386
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa		(22)	-
		73.355	75.896
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros		(13.400)	(21.956)
Outros custos operacionais		(20.073)	(7.503)
		(33.473)	(29.459)
Valor adicionado bruto		39.882	46.437
Depreciação e amortização	20	(5.916)	(6.686)
Valor adicionado líquido produzido		33.966	39.751
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	21	2.079	1.970
		36.045	41.721
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		17.763	25.855
Benefícios		2.693	5.519
FGTS		1.584	2.780
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		9.146	7.970
Estaduais		17	-
Municipais		2.071	3.116
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	21	82	1.254
Aluguéis		(848)	(1.155)
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	18.6	3.360	-
Lucros retidos / Prejuízo do exercício		177	(3.618)
		36.045	41.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM LINHAS E REDES S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Caixa gerado nas operações			
Lucro líquido do exercício	22	3.537	(3.618)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	2.155	(1.738)
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas		(1.549)	1.465
Depreciação e amortização	20	5.916	6.685
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	20	1.869	3.974
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa		22	-
Perda na alienação de bens do imobilizado		(8.194)	-
Pagamento baseado em ações		381	(328)
Redução (aumento) dos ativos			
Impostos a recuperar		1.126	(1.906)
Consumidores e concessionárias		(1.185)	10.921
Estoques		1.715	(70)
Cauções e depósitos vinculados		53	(80)
Despesas antecipadas		(27)	125
Outros créditos		(20)	768
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		333	(1.723)
Tributos e contribuições sociais		(824)	(1.120)
Tributos e contribuições sociais pagos		(1.317)	-
Obrigações estimadas		37	(2.248)
Processos cíveis e trabalhistas pagos		(2.257)	(2.419)
Outras contas a pagar		(1.152)	(3.044)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		619	5.644
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		(16.722)	211
Aplicações no imobilizado e intangível	10 e 11	(6.163)	(3.842)
Alienação de bens do imobilizado		24.032	283
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		1.147	(3.348)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos adicionais		-	(991)
Pagamento por Arrendamento Mercantil		(1.083)	(2.458)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(1.083)	(3.449)
Variação líquida do caixa		683	(1.153)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4.1	1.735	2.888
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4.1	2.418	1.735
Variação líquida do caixa		683	(1.153)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM LINHAS E REDES S/A
BALANÇO SOCIAL ANUAL – 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	2025			2024		
Receita líquida (RL)	42.596			62.631		
Resultado operacional (RO)	5.692			(5.356)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	18.496			24.900		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.935	10,46%	4,54%	2.875	11,55%	4,59%
Encargos sociais compulsórios	855	4,62%	2,01%	14	0,06%	0,02%
Previdência privada	422	2,28%	0,99%	402	1,61%	0,64%
Saúde	717	3,88%	1,68%	2.539	10,20%	4,05%
Segurança e saúde no trabalho	20	0,11%	0,05%	0	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	1	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	12	0,06%	0,03%	25	0,10%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.029	5,56%	2,42%	2.601	10,45%	4,15%
Outros	78	0,42%	0,18%	123	0,49%	0,20%
Total - Indicadores sociais internos	5.068	27,39%	11,90%	8.580	34,46%	13,69%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	5	0,08%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Cultura	26	0,41%	0,06%	25	-0,47%	0,04%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	31	0,49%	0,07%	25	-0,47%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)	10.580	168,10%	24,84%	11.072	-206,72%	17,68%
Total - Indicadores sociais externos	10.611	168,59%	24,91%	11.097	-207,19%	17,72%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	38	0,60%	0,09%	70	-1,31%	0,11%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	38	0,60%	0,09%	70	-1,31%	0,11%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2025			2024		
Nº de empregados(as) ao final do período	195			188		
Nº de admissões durante o período	83			53		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2			2		
Nº de estagiários(as)	-			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	50			48		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	19			11		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,00%			20,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	87			85		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	33,30%			40,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	6			6		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025			Metas 2026		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0			0		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon-	na Justiça4	na empresa -	no Procon-	na Justiça5
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa -	no Procon -	na Justiça0%	na empresa -	no Procon -	na Justiça0%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2025: 36.045			Em 2024: 41.721		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	31% governo 60% colaboradores(as)10% acionistas -2% terceiros1% retido			27% governo 82% colaboradores(as)0% acionistas 0% terceiros-9% retido		
7 - Outras Informações	2025			2024		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	-			-		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	-			-		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	-			-		

Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 01 de novembro de 2013, sob o controle acionário da Energisa Soluções S.A., tem como principais atividades empresariais a construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica. A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS – Accounting Standards” emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

A emissão das demonstrações financeiras da Empresa, foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 25.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota explicativa nº 5 – Clientes: Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
Nota explicativa nº 8 – Créditos tributários impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social: análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
Nota explicativa nº 10 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
Nota explicativa nº 11 – Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
Nota explicativa nº 16 – Provisões para riscos trabalhistas e cíveis: estimativa de perda em processos;
Nota explicativa nº 19 – Receita operacional líquida;
Nota explicativa nº 25 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; e
Nota explicativa nº 26 – Benefícios-pós emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós emprego.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As principais políticas materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Práticas materiais

a. **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor;

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente,

pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas – Nota explicativa nº 2.3;
- Clientes – Nota explicativa nº 5; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – Nota explicativa nº 25.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pelas Companhias para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, compreendem, passivos de arrendamentos, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente – a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado – passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Derivativos embutidos separados

também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente;

- c) **Clientes** - é composto de faturas de serviços prestados de operação e manutenção de usinas, re-potenciação de unidades geradoras, montagem e fornecimento de materiais e equipamentos eletromecânicos e hidromecânicos, serviços de engenharia, construção e manutenção de linhas e redes de distribuição e transmissão de energia elétrica, e são reconhecidos quando da realização dos serviços. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração;
- d) **Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e) **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Os investimentos classificados como imobilizados em curso são essencialmente relacionados a obras que estão em andamento;

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (nota explicativa nº 10);

- f) **Intangível** - os ativos intangíveis compreendem os gastos incorridos na aquisição de softwares de manutenção de sistemas, cuja amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos. A amortização de softwares está sendo realizada à taxa de 20% a.a. (nota explicativa nº 11);
- g) **Arrendamentos** - os contratos são avaliados, se são ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

h) Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

(i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;

(ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas;

(iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2025 e 2024, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- i) **Empréstimos e financiamentos** – são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- j) **Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

- k) **Provisões** – uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para riscos estão por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- l) **Receita operacional** – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) O desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o

cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;

(c) O desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente;

m) Benefícios pós-emprego – a Companhia oferece aos seus colaboradores plano de benefício previdenciário e assistência médica-hospitalar. O plano de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões é classificado na modalidade contribuição definida (CD). Nessa modalidade, a Patrocinadora paga as contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo;

n) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

o) Demonstração do valor adicionado – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) **Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes:**

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto

4.1 Caixa e equivalência de caixa

Os saldos são constituídos principalmente, por caixa, depósitos bancários à vista e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 96,0% do CDI.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	1.827	1.735
Operações Compromissadas	591	-
Total de caixa e equivalentes de caixa – circulante (*)	2.418	1.735

(*) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

4.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

	2025	2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Fundo de Investimento Exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	17	178
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	14	7
Compromissadas	2.042	1.721
Fundo Multimercado	3.004	426
Fundo de Renda Fixa	14.386	4.661
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	3.331	998
Letra Financeira (LF)	3.188	1.049
Nota de Crédito	39	23
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	514	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	613	329
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	27.148	9.392

(1) Fundos de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 101,6% (103,9% em 2024) do CDI.

5. Clientes

	2025	2024
Contas a receber com partes relacionadas	11.862	10.392
Contas a receber de demais clientes	340	558
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(66)	(44)
Total - circulante	12.136	10.906

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	2025	2024
A vencer	10.796	10.088
Vencidos até 30 dias	1.186	116
Vencidos entre 31 e 180 dias	95	532
Vencidos entre 181 e 360 dias	-	160
Vencidos até 360 dias	59	-
Há mais de 360 dias	66	55
Total - circulante	12.202	10.951

Os vencimentos são programados em até 30 dias após a data de emissão das faturas.

6. Estoques

Os estoques de material de almoxarifado referem-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços. Os estoques são demonstrados como segue:

	2025	2024
Material de Almoxarifado	3.630	5.345
Total - circulante	3.630	5.345

7. Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	308	308
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	812	1.006
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	709	1.765
Contribuições ao PIS e a COFINS	3.643	3.684
Retenção para a previdência social	2.332	1.629
Outros	35	35
Total	7.839	8.427
Circulante	6.607	7.690
Não Circulante	1.232	737

8. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	2025	2024
Ativo		
Prejuízos fiscais	215	658
Base negativa da contribuição social	171	323
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	1.185	1.345
Contribuição social	426	484
Total - ativo não circulante	1.997	2.810

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	1.134	386	2.885	981
Provisões para contingências judiciais e administrativas	3.914	1.331	4.248	1.444
Provisão para ajustes atuariais	-	-	66	22
Provisão para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	66	23	44	15
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	173	59	15	5
Outras diferenças temporárias	588	198	1.010	343
Total líquido - ativo não circulante	5.875	1.997	8.268	2.810

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

Exercícios	Realização de créditos fiscais
2031 a 2033	1.140
Após 2033	857
Total	1.997

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

Alíquota efetiva	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	5.692	(5.356)
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(1.935)	1.821
Ajustes:		
Incentivo fiscal – Outros ⁽¹⁾	56	-
Créditos tributários não constituídos no exercício	-	(3)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(3)	(80)
Outros ajustes	(273)	-
Imposto de renda e contribuição social	(2.155)	1.738
Alíquota efetiva	37,86%	(32,45%)

⁽¹⁾ Referem-se. Basicamente, a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como: PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. Em 2025 inclui os efeitos do incentivo fiscal do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), cuja dedução em dobro está prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, em consonância com os entendimentos consolidados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos Pareceres SEI nº 268/2023/MF e nº 1.506/2024/MF.

9. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Soluções S/A (ESOL), (100% do capital total), que por sua vez é controlada pela ENERGISA S/A.

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas) ⁽¹⁾	Vendas/ Serviços Prestados ⁽²⁾	Saldo a receber (clientes)	Saldo a pagar (fornecedores)
Energisa S/A	(2.039)	-	-	(300)
Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A	-	39.678	7.590	-
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	-	-	-	-
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	-	19.963	-	-
Energisa Acre Distribuidora de Energia S/A	-	2.684	4.272	-
Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S/A	-	6.922	-	-
2025	(2.039)	69.247	11.862	(300)
2024	(2.190)	71.514	10.392	(355)

⁽¹⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** – refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares – Contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$2.135, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado.

⁽²⁾ Referem-se a venda de materiais e ou prestação de serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado, o contrato de maior vigência tem vencimento em 2026.

Remuneração dos administradores:

	2025	2024
Remuneração Anual ⁽¹⁾	2.583	2.948
Remuneração da Diretoria	1.127	869
Outros Benefícios ⁽²⁾	410	314

⁽¹⁾ Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2025, foi aprovado na AGOE de 25 de abril de 2025.

⁽²⁾ Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro de 2025, foram de R\$41 e R\$39 (R\$36 e R\$36 em 2024). A remuneração média no exercício foi de R\$40 (R\$36 em 2024).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações *units* em andamento: (i) 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023 e o segundo *Performance Shares*, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026, (ii) o 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e o quarto de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2027 e (iii) 8º Programa, que se divide em cinco, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e dois de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2025, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2028.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Performance Shares* são associados as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR) Relativo* e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Restricted Shares* são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha ocorrido nenhuma movimentação nas *units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *unit*, adicionadas das *units* extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	5º programa	6º programa (Restricted Shares)	6º programa (Performance Shares)	7º programa (Restricted Shares)	7º programa (Performance Shares)	7º Programa de Concessão de Ações_extraor dinário 2024	8º programa (Restricted Shares)	8º programa (Performance Shares)	8º Programa de Concessão de Ações_extraor dinário 2025
Método de Cálculo	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão
Total de opções de ações (units) outorgadas	9.974	5.553	5.553	6.219	6.219	5.244	7.607	7.607	10.153
Opções de ações prescritas	9.974	3.219	3.219	3.713	3.713	4.401	N/A	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2025	08/05/2025
Data de início vesting	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023	18/05/2024	09/05/2024	18/05/2024	12/05/2025	12/05/2025	12/05/2025
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	12,55%	N/A	11,09%	N/A	10,97%	N/A	N/A	13,47%	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2025	N/A	DI1J2026	N/A	DI1J2027	N/A	N/A	DI1J2028	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	34,88%	N/A	28,03%	N/A	27,28%	N/A	N/A	26,73%	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$37,90	R\$51,75	R\$44,11	46,79	48,56	46,79	45,05	41,38	45,05
Movimentação	Encerrado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

- (1) Em 27 de maio de 2023, foi assinado o termo de quitação da 4º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de Units previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado.
- (2) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 01 (um) ano anterior à data de outorga do programa.

Em 20 de maio de 2025 foram assinados os termos de quitação e ciência do 5º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de units previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2025.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a empresa apurou o valor justo das ações units restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações units.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram revestidos R\$381 (reversão R\$328 reconhecidos em 2024) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas – pessoal e administradores. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 acumula em R\$784 (R\$403 em 2024).

10. Imobilizado

	Taxa média de Depreciação	Saldos em 2024	Adição	Transferências	Baixas ⁽¹⁾	Depreciação ⁽²⁾	Saldos em 2025
Imobilizado em serviço							
Custo							
Edificações e Benfeitorias	2,70%	1.531	-	87	(1.057)	-	561
Máquinas e equipamentos	8,14%	37.029	-	1.889	(24.662)	-	14.256
Veículos	14,23%	32.928	-	3.643	(12.986)	-	23.585
Móveis e utensílios	6,18%	1.591	-	-	(416)	-	1.175
Total do Imobilizado em serviço		73.079	-	5.619	(39.121)	-	39.577
Depreciação acumulada							
Edificações e Benfeitorias		(285)	-	-	243	(49)	(91)
Máquinas e equipamentos		(16.037)	-	-	12.474	(2.494)	(6.057)
Veículos		(22.006)	-	-	10.921	(2.449)	(13.534)
Móveis e utensílios		(536)	-	-	228	(94)	(402)
Total Depreciação acumulada		(38.864)	-	-	23.866	(5.086)	(20.084)
Subtotal Imobilizado		34.215	-	5.619	(15.255)	(5.086)	19.493
Imobilizado em curso		3.150	4.861	(5.619)	-	-	2.392
Total do Imobilizado		37.365	4.861	-	(15.255)	(5.086)	21.885

	Taxa média de Depreciação	Saldos em 2023	Adição	Transferências	Baixas ⁽¹⁾	Depreciação ⁽²⁾	Saldos em 2024
Imobilizado em serviço							
Custo							
Edificações e Benfeitorias	2,73%	1.531	-	-	-	-	1.531
Máquinas e equipamentos	8,10%	36.698	-	479	(148)	-	37.029
Veículos	14,24%	31.113	-	3.476	(1.661)	-	32.928
Móveis e utensílios	6,19%	1.764	-	-	(173)	-	1.591
Total do Imobilizado em serviço		71.106	-	3.955	(1.982)	-	73.079
Depreciação acumulada							
Edificações e Benfeitorias		(234)	-	-	-	(51)	(285)
Máquinas e equipamentos		(13.401)	-	-	59	(2.695)	(16.037)
Veículos		(21.210)	-	-	1.563	(2.359)	(22.006)
Móveis e utensílios		(504)	-	-	77	(109)	(536)
Total Depreciação acumulada		(35.349)	-	-	1.699	(5.214)	(38.864)
Subtotal Imobilizado		35.757	-	3.955	(283)	(5.214)	34.215
Imobilizado em curso		3.499	3.606	(3.955)	-	-	3.150
Total do Imobilizado		39.256	3.606	-	(283)	(5.214)	37.365

(1) As baixas no montante de R\$15.255 (R\$283 em 2024), referem-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(2) A Companhia reconheceu no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$23 (R\$27 em 2024).

11. Intangível

	2025	2024
Intangível - softwares	2.452	2.099
Intangível - direito de uso	1.594	1.468
Total	4.046	3.567

11.1 Softwares

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2025
Em Serviço							
Custo	20,00%	1.908	-	102	(92)	-	1.918
Amortização Acumulada		(1.281)	-	-	82	(198)	(1.397)
Em Curso		1.472	561	(102)	-	-	1.931
Total de Intangível - softwares		2.099	561	-	(10)	(198)	2.452

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2024
Em Serviço						
Custo	20,00%	1.808	-	100	-	1.908
Amortização Acumulada		(1.065)	-	-	(216)	(1.281)
Em Curso		1.078	494	(100)	-	1.472
Total de Intangível - softwares		1.821	494	-	(216)	2.099

11.2 Direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) - são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição	Amortização	Saldos em 2025
Direito de Uso - Imóveis					
Custo	7,96%	7.444	781	-	8.225
Amortização Acumulada		(5.976)	-	(655)	(6.631)
Total de Intangível - direito de uso		1.468	781	(655)	1.594

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição	Baixa	Amortização	Saldos em 2024
Direito de Uso - Imóveis						
Custo	17,22%	6.317	3.791	(2.664)	-	7.444
Amortização Acumulada		(6.281)	-	1.587	(1.282)	(5.976)
Total de Intangível - direito de uso		36	3.791	(1.077)	(1.282)	1.468

12. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores Materiais (*)	24	653
Fornecedores Serviços (*)	1.399	1.178
Total - circulante	1.423	1.831
Circulante	1.250	1.816
Não Circulante	173	15

(*) Referem-se a aquisições de materiais e serviços, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços correlatos as prestações de serviços contratados. O prazo médio de liquidação desses passivos é de 30 dias.

13. Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	143	238
Imposto sobre serviços - ISS	785	691
Encargos sociais	861	1.601
Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta - CPRB	115	127
Contribuição ao PIS e a COFINS	467	489
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	379	368
Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)	-	36
Total	2.750	3.550
Circulante	2.450	3.381
Não Circulante	300	169

14. Obrigações Estimadas

	2025	2024
Férias	1.480	1.519
Encargos Sociais Férias	326	250
Total	1.806	1.769

15. Outros Passivos

	2025	2024
Outros Benefícios a empregados	223	357
Participações Empregados	614	1.534
Prêmio de seguros	105	42
Adiantamentos de clientes	26	20
Outras contas a pagar	1.613	1.612
Total	2.581	3.565
Circulante	974	1.958
Não circulante	1.607	1.607

16. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista e cível.

16.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Trabalhista	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	4.248	4.248	2.358
Provisões e reversões líquidas	1.869	1.869	3.974
Pagamentos de processos	(2.257)	(2.257)	(2.419)
Atualização monetária	54	54	335
Saldos em 2025 e 2024	3.914	3.914	4.248

A Companhia e suas controladas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$454 (R\$476 em 2024) e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a discussão sobre horas extras e seus reflexos, sobreaviso, indenização por acidente de trabalho, intervalo intrajornada propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregado.

A Administração da Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de perdas foi estimada como prováveis.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

16.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas envolvendo discussões sobre horas extras e seus reflexos, verbas trabalhista e indenizações por acidente de trabalho, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

	Trabalhista	Cível	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	812	-	812	2.522
Novos processos	25	-	25	12
Mudança de prognósticos e valor pedido	(62)	1	(61)	(1.669)
Encerramento de processos	(22)	-	(22)	(226)
Atualização Monetária	99	-	99	173
Saldos 2025 e 2024	852	1	853	812

17. Receita antecipada a apropriar

Refere-se aos valores de receita de serviços, faturadas antecipadamente no montante de R\$5 (R\$5 em 2024), líquido dos tributos.

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em dezembro de 2025 é de R\$56.006 (R\$56.006 em 2024) e está representado por 56.006.285 (56.006.285 em 2024) ações ordinárias, sem valor nominal.

18.2 Reserva de Capital

Refere-se a implementação do Programa Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) no montante de R\$784 (R\$403 em 2024).

18.3 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

18.4 Reserva de lucros – reserva de retenção de lucros

O montante da reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$2.109 (R\$2.109 em 2024), foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração a ser submetido a Assembleia Geral Ordinária.

18.5 Reserva de lucros – orçamento de capital

Em 2025, o montante de reservas de lucros é de R\$2.971 (R\$2.971 em 2024), que foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração a ser submetido a Assembleia Geral Ordinária.

18.6 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a destinação do resultado, conforme segue:

	2025	2024
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	3.537	(3.618)
Reserva legal (5%)	(177)	-
Prejuízo) Lucro líquido ajustado	3.360	(3.618)
Dividendos obrigatórios (25%)	840	-
. Dividendos a pagar – correspondem a R\$ 0,014999198 por ação ordinária	840	-
. Dividendos adicionais propostos – R\$ 0,044997595 por ação ordinária ⁽¹⁾	2.520	-
Total dos dividendos	3.360	-
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	-

⁽¹⁾Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

18.7 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação no exercício de 2025 e 2024:

	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023	(44)	-
Ganho e perda atuarial – benefícios pós-emprego	66	(66)
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós-emprego	(22)	22
Saldo em 2025 e 2024	-	(44)

19. Receita Operacional Líquida

	2025	2024
Total da receita operacional bruta		
Serviços de manutenção em linhas e redes	49.338	73.510
Deduções à receita operacional		
PIS	(516)	(794)
COFINS	(2.379)	(3.661)
CPRB	(1.776)	(3.308)
ISS	(2.071)	(3.116)
Total das deduções à receita operacional	(6.742)	(10.879)
Receita operacional líquida	42.596	62.631

20. Custo e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo de operação	Despesas Operacionais Gerais e administrativos	Total	
			2025	2024
Pessoal e administradores	21.405	2.066	23.471	35.952
Programa remuneração variável (ILP)	-	381	381	(328)
Benefício pós-emprego	-	412	412	384
Material	5.251	37	5.288	8.499
Serviços de terceiros	3.902	2.845	6.747	12.986
Depreciação e amortização	4.843	1.073	5.916	6.685
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	22	-	22	-
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	-	1.869	1.869	3.974
Outras	1.706	668	2.374	2.498
Total	37.129	9.351	46.480	70.650

21. Outras receitas (despesas) operacionais

	2025	2024
Outras receitas:		
Ganhos na desativação de bens e direitos	24.032	901
Outras	7	1.485
	24.039	2.386
Outras despesas:		
Perdas na desativação de bens e direitos	(15.838)	(347)
Outras	(526)	-
	(16.364)	(347)
Total	7.675	2.039

22. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receita de aplicação financeira	1.034	1.391
Juros Selic s/impostos a recuperar	538	192
Atualização monetária de depósitos judiciais	31	25
Tributos s/receita financeira	(97)	(92)
Outras receitas financeiras	477	362
Total receita financeira	1.983	1.878
Juros e encargos financeiros	(25)	(72)
Ajuste a valor presente	67	(827)
Atualização de provisão para riscos	(54)	(335)
Despesas bancárias/IOF	(28)	(21)
Outras despesas financeiras	(42)	1
Total despesa financeira	(82)	(1.254)
Despesas financeiras líquidas	1.901	624

23. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas	3.537	(3.618)
Média ponderada das ações ordinárias (mil)	56.006	56.006
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$(¹)	0,06	(0,06)

(¹) A Companhia não possui instrumento diluidor de ações

24. Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que sejam civilmente responsáveis pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2025	2024
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2027	90.000	27	44
Auto Frota	23/10/2026	Até 1.000/veículo	44	47
Responsabilidade Ambiental	20/10/2026	20.000	3	3
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	19.483	56	85
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/06/2027	10.000	72	82
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	1	1
Risco Operacional	22/06/2026	90.000	45	74
			248	336

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		2.418	2.418	1.735	1.735
Clientes		12.136	12.136	10.906	10.906
		<u>14.284</u>	<u>14.284</u>	<u>12.641</u>	<u>12.641</u>
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	2	27.148	27.148	9.392	9.392
		<u>27.148</u>	<u>27.148</u>	<u>9.392</u>	<u>9.392</u>
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		1.423	1.423	1.831	1.831
Passivos de Arrendamentos		1.951	1.951	2.186	2.186
		<u>3.374</u>	<u>3.374</u>	<u>4.017</u>	<u>4.017</u>

Administração financeira de risco

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na website da controladora) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber de clientes relativos às transações de venda de serviços e esse risco é administrado através de rigoroso processo de análise da carteira de clientes.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	2.418	1.735
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	27.148	9.392
Clientes	5	12.136	10.906

b) Risco da taxa de juros

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esse são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

26. Benefícios pós-emprego

26.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33(R1).

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev – Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocina, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2025 são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> - Aposentadoria; - Benefício por invalidez; - Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$422 (R\$402 em 2024), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Em 2025 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$10 (R\$18 em 2024), valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora está apresentado a seguir:

	Quantidade	
	2025	2024
Ativos	109	111
Auto patrocinados	1	2
Benefício Proporcional Diferido - BPD	8	7
Assistidos/Pensionistas	1	-
Total	119	120

26.2 Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade pós pagamento. Nessa modalidade as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício de 2025 as despesas com o plano de saúde foram de R\$680 (R\$2.521 em 2024).

	2025	2024
Valor presente das obrigações em 2024 e 2023	66	-
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(66)	66
Valor das obrigações calculadas em 2025 e 2024	-	66
Circulante	-	8
Não circulante	-	58

Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2025		2024
	BRADESCO	UNIMED NACIONAL	UNIMED NACIONAL
VARIÁVEIS ECONÔMICAS			
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	7,27%	7,27%	7,40%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,56%	11,56%	11,70%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	18,50%	6,00%	11,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS			
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

27. Meio ambiente (*)

A Energisa Soluções Construções na linha de negócios de Construção e Manutenção (C&M), trata os impactos sociais e ambientais de seus processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

- I. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante as atividades de manutenção de redes elétricas, a (re)energisa C&M possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de resíduos, todos em conformidade com os procedimentos do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e legislações pertinentes. Além disso, foi necessário

a realização de desmobilizações de algumas bases operacionais no Estado do Tocantins, onde foram necessários despender recursos específicos, visando o cuidado ambiental com o local onde atuamos.

- II. Desenvolvimento de ações visando educação com base nos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), incentivando a coleta seletiva entre seus colaboradores e educação para o consumo consciente, através da realização de palestras e da divulgação interna (redes sociais internas, mensagens via WhatsApp), além de realizar a verificação da sua conformidade ambiental.
- III. A Energisa realiza a contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente, que visam, em suma, preservar a vida.

No exercício de 2025, os montantes investidos nas iniciativas descritas acima totalizaram R\$38, frente a R\$70 em 2024, sendo integralmente alocados como despesas operacionais. A redução se sustenta pela desmobilização de algumas bases em Tocantins e Mato Grosso.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

28. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2025	2024
Atividade operacional		
Fornecedores a prazo	2	743
Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)	781	2.714
Atividade de investimento		
Aquisição de imobilizado a prazo	2	743
Intangível – CPC 06 (R2)	781	2.714

29. Eventos subsequentes

29.1 Dividendos do exercício 2025

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 19 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$ 3.360.197,48, equivalentes a R\$ 0,059996793 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 20 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 19 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

-- * --